

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEUS
IMPACTOS NOS PROJETOS POLÍTICOS-PEDAGÓGICOS DAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO**

**PUBLIC POLICY FOR HANDICAPPED EDUCATION AND THEIR
RESULTS ON THE POLITICAL EDUCATIONAL PROJECTS**

CLEIBIANNE RODRIGUES DOS SANTOS

Mestranda em Educação Ciências e Matemática/Universidade Federal de Goiás (UFG).
Professora do curso de Matemática e Intérprete de Libras da Universidade Estadual de
Goiás (UEG)/Campus Quirinópolis
cleibianne.matematicainclusiva@outlook.com

TÚLIO HENRIQUE BARBOSA GOULART

Discente de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Estadual de Goiás (UEG)/
Campus Quirinópolis
henriquebgvasco@hotmail.com

ROBERTO BARCELOS DE SOUZA

Doutor em Educação Matemática e Professor do Curso de Matemática da
Universidade Estadual de Goiás (UEG)/Campus Quirinópolis
robertobarcelos8@hotmail.com

Resumo: O presente estudo verifica e analisa as projeções e ações frente ao planejamento educacional, envolvendo as políticas públicas de educação especial presentes no Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de quatro escolas públicas da cidade de Quirinópolis (GO), com o foco na inclusão escolar. Para tanto, nos pautamos nos procedimentos da pesquisa qualitativa e a técnica utilizada foi análise documental com a finalidade de entender quais concepções e percepções frente a educação inclusiva que estão presentes nos PPPs? Percebeu-se que os PPPs de uma forma geral apresentaram elementos de educação inclusiva, umas das dificuldades encontradas foi a falta de sinalização da formação continuada especializada para trabalho inclusivo, formação esta que é um dos objetivos das Políticas Públicas de Educação Especial. Alguns PPPs até orientam recursos pedagógicos adequados, experiência prévia junto a alunos com necessidades especiais, atitude positiva dos agentes, além de apoio da família e da comunidade. Os dados permitiram identificar vários aspectos necessários à efetivação da proposta inclusiva nas escolas e que quando as Políticas Públicas estão presentes nos PPPs das instituições de ensino a educação caminha para uma efetivação da inclusão escolar, apesar de todos os desafios enfrentados.

Palavras-chave: Inclusão. Planejamento. Educação. Ensino.

Abstract: This study checks and analyses the importance and the actions about educational planning that involves Political Educational Projects (P.E.P) of four public schools in Quirinópolis city, focusing on school inclusion. To do so, we conducted qualitative research according to the chosen procedures. The chosen method was documentary analysis in order to understand what are the conceptions regarding inclusive education what are part of the Political Educational Projects (P.E.P). It was noticed that the PEPs has aspects of inclusive education. Some difficulties encountered were the lacking of progressive specialized training to inclusive labor, which is one of the objectives of the Public Policy for Handicapped Education (P.P.H.E). Some PPHEs correctly manage the educational resources at its reach, prior experience with students with special needs, positive attitude of staff, in addition, to support the family and the community. The data allowed to identify several aspects necessary for the effectiveness of the inclusive proposal in schools and that when Public Policies are present in the Educational Projects of the pedagogical institutions of education, education is going towards an effective inclusion of school, despite all the challenges faced.

Keywords: Inclusion. Planning. Education. Teaching

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva foi produzida conforme os princípios de uma escola em que cada educando tenha a possibilidade de receber uma formação que dialogue e reconheça suas aptidões e capacidades.

Neste contexto, a educação é um direito fundamental inerente ao ser humano, independentemente das singularidades – o que pode ser atestado no artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988): “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

De acordo com o artigo 208 da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser atendidos preferencialmente pelas escolas da rede regular de ensino, atendendo as peculiaridades de cada caso com o atendimento educacional especializado. Existem várias leis e decretos que regulamentam a educação especial e especificam quais sujeitos têm direito a professor de apoio ou intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Para atender a todos educandos com necessidades especiais de maneira qualitativa, a escola deve se planejar e estabelecer ações para este fim. Cada escola, ao abraçar esse trabalho, terá de encontrar soluções próprias para os seus problemas. Espera-se, assim que as transformações em curso ou projetadas devem fazer parte da vontade política do coletivo da escola, explicitadas no seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) e vivenciadas no contexto democrático da escola.

Ao constituir-se como um documento preponderante de cada unidade escolar, o PPP visa a delinear as metas da instituição de ensino. Partindo do pressuposto da importância da inclusão escolar para uma educação para todos, as escolas devem, então, deixar claro em seus PPPs as metas norteadoras de sua prática pedagógica de modo a atender o alunado que se enquadra nas políticas inclusivas. Dessa forma, partimos de uma problemática que é a inclusão escolar em geral, que busca incluir parcelas minoritárias – por muito tempo foram segregadas e sofreram discriminação ou preconceito por causa de suas especificidades. A inclusão escolar pressupõe que esses sujeitos incluídos na escola regular serão posteriormente incluídos na sociedade, partindo do pressuposto de igualdade de condições para todos. Em consonância com Mainieri et al (2005), entendemos que a educação inclusiva implica a implementação de políticas públicas, na compreensão da inclusão como processo que não se

restringe à relação professor-aluno, mas que seja concebido como um princípio de educação para todos e valorização das diferenças, que envolve toda a comunidade escolar.

Frente ao exposto, decidimos analisar os PPPs de quatro escolas públicas da rede estadual de ensino que ofertam Ensino Médio na cidade de Quirinópolis, no estado de Goiás. Dentre estes, uma que oferece Educação de Jovens e Adultos (EJA) no período noturno, e uma administrada pela Polícia Militar Do Estado de Goiás¹. O objetivo da investigação é verificar e analisar projeções e ações frente ao planejamento educacional no contexto inclusivo à luz dos PPPs. A partir daí, emerge, então, a questão investigativa que norteou o presente trabalho: quais as concepções e percepções frente à educação inclusiva que estão presentes nos PPPs? Para responder à essa indagação, realizou-se uma pesquisa qualitativa na vertente da análise documental.

ESCOLA UM ESPAÇO PARA FORMAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva tem seu cerne na necessidade de uma educação capaz de abarcar as singularidades de todos, visando a uma educação de qualidade para grupos que historicamente foram discriminados e segregados. Como aponta Rodrigues (2006), a educação inclusiva cresceu, se fortaleceu mundialmente, tanto teoria como prática, e se expandiu em direção ao movimento em defesa da educação de qualidade para todos, principalmente para aqueles que estão frequentemente sob o risco de exclusão educacional.

Assim, a escola tem papel fundamental para que a inclusão aconteça na prática. De acordo com a declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a escola deve acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras, incluindo minorias, sejam elas devido à língua, etnia, cultura, crianças superdotadas, nômades ou em condições marginalizadas ou pertencentes a grupos desvantajados. Seu objetivo, porém, não é integrar os alunos com necessidades educacionais específicas, mas, sim, proporcionar uma educação de qualidade, uma escola para todos. Em outras palavras, um contexto dentro do qual o aluno se desenvolva e seja preparado para a vida. Tal integração escolar parte da responsabilidade do aluno de se desenvolver no âmbito escolar, já a inclusão escolar perpassa segundo Silva (2010) na construção de uma escola

¹ O Regimento Interno do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás diz em seu Art. 2º que os CPMG são administrados pela Polícia Militar do Estado de Goiás por meio do CEPm, a partir de seus comandantes e diretores, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, ficando no que couber a parte sob a responsabilidade da SEE por força do Termo de Cooperação Técnico Pedagógico sob a circunscrição das Subsecretarias Regionais de Educação e doravante será regido por este Regimento Interno.

democrática, na qual as necessidades educacionais específicas de todos os alunos, sem exceção, sejam atendidas e na qual a diversidade seja uma característica intrínseca e, como tal, seja aceita, respeitada e valorizada.

A educação escolar em geral compreende o ato de planejar, a educação inclusiva também necessita de planejamento, sendo necessário que a prática seja pensada e discutida, para que as ações objetivem a aprendizagem significativa por parte dos alunos com necessidades educacionais especiais. Menegolla e Sant'anna (1991 p. 10) afirmam que “a educação, o ensino e toda ação pedagógica devem ser pensadas e planejadas de modo que possam propiciar melhores condições de vida à pessoa”.

Para que o sistema educacional possa se adequar às necessidades dos alunos, as mesmas precisam ser conhecidas, discutidas, analisadas, e posteriormente aplicadas. Quando a escola em seu PPP aborda a inclusão, certamente desempenha um papel importante, pois não há prática sem planejamento.

A escola tem por uma de suas responsabilidades organizar-se de forma que permita aos educandos a aprendizagem de conteúdos específicos de cada nível educativo. Nessa compreensão, as necessidades educacionais especiais referem-se a presença de dificuldades para aprender alguns conteúdos do currículo básico. Paradoxalmente, espera-se que o sistema escolar se adeque às necessidades dos alunos. (RODRIGUES, 2006, p. 37).

O aluno que possui necessidade educacional especial tem direito, garantido por lei, de um professor de apoio, desde que possua laudo médico. O professor de apoio deve participar do planejamento das aulas para que o corpo docente leve em consideração as peculiaridades e especificidades do aluno.

O PPP é um documento importante que explicita os objetivos da escola frente à comunidade que atende, as características deste alunado e delineia as ações que o corpo docente pretende realizar durante o ano letivo. Este documento está sempre em construção para que os educandos possam ser atendidos de forma mais plena. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) deve ser respeitada na escola, onde ocorre a educação formal e que deve dar o exemplo com ações inclusivas. No Art. 59, a referida lei atesta que: os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

Percebemos que existe uma especificação de que é responsabilidade dos sistemas de ensino planejarem o ensino para que os métodos e técnicas adotados atendam às necessidades educacionais especiais dos alunos. Dentre estes alunos, estão incluídos: autistas, surdos, cegos,

alunos com Transtorno do Déficit de Atenção por Hiperatividade (TDAH), paralisia cerebral, dificuldade de aprendizagem e outras necessidades educacionais especiais. Para estes alunos, o professor de apoio ou intérprete de Libras (no caso dos surdos), configura-se um divisor de águas em suas formações, para que possam atingir suas potencialidades.

A declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 1) diz que:

aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Esta declaração constitui um marco histórico para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares.

De acordo com Veiga (1995), o PPP tem por objetivo dar um rumo, tem papel norteador para todos os envoltos no sistema educativo e está em constante construção. Portanto, é fundamental que a escola em seu planejamento se preocupe com atuações inclusivas para o alunado que por muito tempo foi segregado da dita escola para “normais”.

MATERIAL E MÉTODOS

59

Esta pesquisa é de cunho qualitativo e tem como técnica de pesquisa a análise documental. Segundo Gil (2010), a pesquisa documental perpassa por algumas etapas: o pesquisador, após identificar o problema, elabora um plano de trabalho, identifica as fontes para obtenção do material, os documentos relevantes, e, então, analisa e interpreta os dados para posteriormente fazer a redação do relatório.

Esta pesquisa tem como problema de pesquisa: quais concepções e percepções frente a educação inclusiva que estão presentes nos PPPs das escolas que ofertam Ensino Médio na cidade de Quirinópolis e quais são os possíveis impactos sobre a educação escolar inclusiva?

Como fonte documental, foi analisado o PPP de quatro colégios estaduais da cidade de Quirinópolis. A partir destas fontes documentais, foi realizada uma análise crítica acerca da redação de cada instituição escolar, de modo a averiguar se o grupo de gestores e professores se preocuparam em tratar a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no documento, e se a escola atende esta clientela.

RESULTADOS

Com olhar crítico, os PPPs das escolas que ofertam Ensino Médio na cidade de Quirinópolis foram analisados.

O Colégio 1² não sinaliza melhorar as ações inclusivas que permeiam a escola, compreende a modalidade de Ensino Fundamental I e Ensino Médio regular. Em seu Projeto Político Pedagógico o (COLÉGIO 1, 2015 p. 10) diz que:

Sempre teve alunos com deficiências motoras, sociais ou intelectuais, porém somente em 2001 que a escola começou a fazer um trabalho mais voltado para atender estas necessidades, isso na área de formação de professores pois a parte física ainda necessita com urgência de reformas para atendimento a cadeirantes e cegos.

A gestão escolar informou que o colégio possui quatro alunos que têm professores de apoio, sendo um no período matutino e três no período vespertino; que todos os alunos laudados recebem atendimento educacional especializado e que as atividades são planejadas de acordo com as necessidades deste aluno. Os professores de apoio participam do planejamento pedagógico e fazem relatórios do atendimento prestado a estes alunos.

A equipe escolar, ou seja, alguns professores e coordenadores já se capacitaram para atendimento ao surdo-mudo fazendo o curso de libras e aos cegos no curso de sorobã, curso de atendimento educacional especializado, além de curso de tecnologias assistidas e midiáticos. (COLÉGIO 1, 2015, p.10).

60

As avaliações dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais são adaptadas apenas quando necessário, pois o colégio quer promover o pleno desenvolvimento do seu alunado: “quanto a promoção dos alunos que apresentam necessidades especiais o processo avaliativo deve seguir os critérios adotados para todos os demais ou adotar adaptações quando necessário.” (COLÉGIO 1, 2015 p.10).

O PPP do Colégio trata precariamente a educação inclusiva, pois aborda resumidamente o que é inclusão e as ações que desenvolve, sem uma preocupação com as práticas inclusivas. Porém, foi informado pela direção que o texto está sendo reformulado. Foi apresentado, então, o regimento escolar que faz referência em um capítulo à educação inclusiva.

Por sua vez, o Colégio 2 abarca em seu Projeto Político Pedagógico a educação inclusiva no item 5.2 e diz que:

² Para preservar os Colégios os nomes não aparecem nas referências nem seguirão as normas de citação.

O pressuposto da inclusão é que a escola ofereça oportunidades de aprendizagem a todos indistintamente, respeitando a diversidade de sua clientela. Essa intenção deve se explicitar no Projeto Pedagógico da escola, de modo que o currículo proposto seja dinâmico e flexível, permitindo o ajuste do fazer pedagógico às peculiaridades de cada aluno. (COLÉGIO 2, 2016, p. 37).

O Colégio 2 acredita na educação inclusiva, e que, para isso, o fazer pedagógico deve viabilizar o atendimento especializado a cada aluno. O colégio não dispõe de uma sala de recursos para atendimento educacional especializado onde os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser atendidos. Há quatro alunos matriculados no colégio que recebem atendimento apoio de professores. No entanto, o documento não apresenta iniciativas inclusivas como prevê a lei para atendimento especializado, com a finalidade de diminuir as disparidades cognitivas deste alunado, e que as atividades adaptadas são incipientes.

Os professores ainda não perceberam a questão da individualização da construção da aprendizagem e a tendência à homogeneização é muito forte. Precisamos avançar na questão da avaliação, da metodologia diferenciada, na diversificação midiática, no atendimento especializado. Não possuímos uma sala de recursos didáticos (AEE), não são oferecidas ao aluno aulas individualizadas de reforço para suprir o déficit cognitivo de base e as atividades diferenciadas ainda são esporádicas e desconexas (COLÉGIO 2, 2016, p. 37).

Percebe-se que o colégio, em seu discurso, menciona a questão da avaliação diferenciada, o que apresenta-se como algo polêmico na inclusão escolar – porque uma avaliação diferenciada por si só é um ato excludente. É necessário que a escola promova metodologias inclusivas que sejam ofertadas para todos os alunos, sem separá-los de acordo com suas necessidades educacionais especiais.

Percebemos que o Colégio 3 possui o PPP que mais aborda a educação inclusiva e que esta abordagem está em consonância com as atividades inclusivas desenvolvidas no Colégio. O PPP do (COLÉGIO 3, 2016, p. 44) afirma que:

Os professores denominados “apoio” são responsáveis pelo aluno ao ensino aprendizagem, ficando o mesmo com a responsabilidade de trabalhar em parceria com o professor regente. O Apoio elabora um relatório bimestral (no dia do Conselho de Classe) o relatório segue junto com o dossiê do aluno para a tutora da inclusão e ficará arquivado no Centro de Apoio do Ensino Especial - CAEE e uma cópia fica arquivada na pasta do aluno, o Professor de apoio tem também como função fazer o planejamento quinzenal flexibilizado e entregar para o Coordenador Pedagógico - CP do respectivo turno de atuação. A flexibilização pode em certos casos beneficiar toda a sala se o professor “apoio” trabalhar em parceria com o professor regente.

O trabalho desenvolvido pelo professor de apoio, certamente, é importantíssimo para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais, desde que este participe do planejamento do professor regente.

Ainda quanto ao atendimento ao aluno o professor de apoio deve acompanhar o aluno desde o início do primeiro horário ao término das aulas (6º horário). Para subsidiar o professor regente nas atividades, auxiliar pedagogicamente o professor

regente junto aos estudantes com limitações motoras, deficiência visual, auditiva, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH, bem como dificuldades de aprendizagem que por ventura estejam matriculados na sala de aula. (COLÉGIO 3, 2016, p. 44).

Percebe-se que o documento aborda todas as especificidades que por lei garantem ao aluno um professor de apoio, ou intérprete de Libras, no caso do surdo, e que este alunado recebe um acompanhamento integral durante o tempo que permanece na escola.

A Unidade Escolar disponibiliza de recursos didáticos pedagógicos diversos para trabalhar os conteúdos de forma diferenciada ficando os mesmos na sala da coordenação pedagógica. Para atender os alunos de baixa visão o Colégio possui uma série de recursos didáticos enviados pelo ministério da Educação e Cultura-MEC. Os conteúdos e avaliações são flexibilizados de acordo com a Matriz Curricular visando atender cada aluno na sua especificidade, podendo as avaliações serem elaboradas pelo professor regente ou pelo “apoio” mediante análise e supervisão dos CPs. (COLÉGIO 3, 2016, p. 44).

Os recursos didáticos e pedagógicos para o ensino especializado são mencionados no PPP do Colégio, mostrando assim a preocupação e compromisso da instituição de ensino com a inclusão.

Finalmente, tratamos do Colégio 4, que oferta apenas Ensino Médio regular nos três turnos. Em seu PPP (COLÉGIO 4, 2016, p.40,41), lê-se o seguinte:

A escola assegurará aos educandos com necessidades especiais:

I- Currículo, métodos, técnicas, recursos educativos, e organização específica para atender as suas necessidades.

II- Aceleração dos estudos para concluir em menor tempo o programa e para os portadores de altas habilidades intelectuais.

III- professores com qualificação adequada, para o atendimento especial, bem como professores de ensino regular: capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

São atendidos quatro alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nos diferentes turnos no Colégio 4. O documento supracitado mostra a preocupação com a inclusão, porém, nota-se a palavra integração. Atualmente, não se espera apenas integração, mas, sim, inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais – para que os alunos possam desenvolver suas habilidades sem prejuízos. Contudo, nota-se a preocupação em desenvolver metodologia específica para atender esta clientela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Colégio 1 aborda suavemente a inclusão, porém não tem em seu documento um tópico específico e esclarecedor sobre os objetivos da escola, apesar de apresentar o segundo

maior número de alunos matriculados no ano de 2016 que possuem professor de apoio. Ao analisar o documento, a direção informou que o mesmo passa por uma reformulação para que questões pendentes sejam abordadas.

Em todos os PPPs analisados, percebeu-se que o documento do Colégio 2 aborda a inclusão social de alunos portadores de necessidades educacionais especializados e reconhece que são necessárias ações que tornem a inclusão efetiva no colégio, pois enfrenta resistência pelos profissionais de ensino – o que não causa estranheza, uma vez que o processo de inclusão é novo e procura acabar com a segregação ou apenas a integração destes sujeitos.

O Colégio 3 possui a maior quantidade de material adaptado para o atendimento educacional especializado e seu documento aborda de forma mais clara os objetivos frente à educação especial. Possui o maior número de alunos atendidos por professores de apoio, sendo cinco alunos com laudo e outros dois alunos que possuem necessidades educacionais especiais que não são atendidos ou por falta de laudo ou por encontrarem-se em período de espera para a contratação do profissional especializado por parte da Subsecretaria de Educação Estadual.

O Colégio 4 contempla em seu PPP as ações possíveis para atender os alunos com necessidades educacionais especiais. Porém, no tópico que se refere à educação especial, não aborda as especificidades desta clientela que é atendida pela instituição.

A inclusão social de alunos com necessidades educacionais especiais está em construção. O PPP também apresenta um caráter construtivista. Percebe-se que a rede estadual de ensino da cidade de Quirinópolis atende todos os alunos que possuem laudo médico.

O compromisso do grupo gestor e dos professores de cada instituição pode contribuir para a conscientização de pais que não cumprem seu papel para validar o direito de uma educação plena para seus filhos. A inclusão certamente promove um novo olhar da educação, em que cada professor pode contribuir para assegurar aos seus alunos o direito básico de transcendência. Se o ato de educar começa no planejamento, a inclusão deve ser abrangida nos documentos escolares como no PPP e preconizada na prática cotidiana de todas as instituições educacionais.

De modo geral, nos quatro PPPs analisados, percebemos que a concepção de educação inclusiva é compreendida em toda as escolas da rede regular de ensino que serviram de amostra para esta pesquisa. Em se tratando de inclusão, é complexo definir a abrangência das ações pertinentes para que a inclusão aconteça na prática. Como documento norteador do planejamento anual, é imprescindível descrever de maneira mais contundente o papel da

escola, dos professores e da família para que a inclusão ocorra. Ademais, partindo do aporte propiciado pelo PPP, empreender uma práxis mais inclusiva.

Percebe-se que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais envolve vários fatores e que a formação continuada pode contribuir para este processo inclusivo. O PPP reflete os objetivos do corpo docente e gestores da escola (que pretende ser inclusiva) e deve abordar a inclusão escolar na perspectiva da educação especial, sinalizando as metas pretendidas de combate à exclusão histórica que esses grupos minoritários sofreram e sofrem. Afinal, se estas políticas foram elaboradas para combater a exclusão, devem ser efetivadas no espaço onde a exclusão sempre ocorreu, ou seja, na escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Presidência da República**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 de Julho de 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da República**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 de Agosto de 2017.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRIDE, Fabiane Romano de Souza. Formação continuada em educação especial: o atendimento educacional especializado. **Poiésis**, Tubarão, v. 4, n. 7, p. 187-199, jan/jul. 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?** Petrópolis: Vozes, 1991.

RODRIGUES, D. Dez Idéias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, p.299-318, 2006.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: Ibplex, 2010.

MAINIERI, S. P.; FREITAS, L. B. L.; PINHO, G. S. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: MEC/SEESP, 2005. Disponível em: <http://>

portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticaeinclusao.pdf. Acesso em 21 de Setembro de 2017.

UNESCO. **Declaração de Salamanca:** sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2017.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). **Projeto Político-Pedagógico:** uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.